



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEMED MANAUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - AM

Pedagogo

EDITAL Nº 1, DE 3 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: SL-0710T-25
7908433284406

Língua Portuguesa

1. Textos: interpretação e compreensão de textos	9
2. Língua e linguagem: as funções da linguagem	10
3. Texto narrativo; texto descritivo; texto dissertativo	11
4. Discurso direto, indireto e indireto livre	13
5. O gênero poético e as figuras de linguagem	16
6. Fonemas: vogais, consoantes e semivogais; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; sílabas; divisão silábica.....	18
7. Ortografia: correção ortográfica	20
8. Acentuação gráfica.....	21
9. Morfologia: estrutura e formação de palavras; morfemas, afixos; processos de formação de palavras	23
10. Classes gramaticais: identificação, classificações e emprego	24
11. Sintaxe: frase, oração e período; período simples - termos da oração: identificação, classificações e emprego	33

Noções de Informática

1. Noções de sistema operacional (ambiente windows). conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	41
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente microsoft office - microsoft 365)	62
3. Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet. programas de navegação (microsoft edge, mozilla firefox, google chrome). sítios de busca e pesquisa na internet.....	71
4. Redes sociais	74
5. Segurança da informação: noções de malware; aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	77
6. Referencial de saberes digitais docentes do ministério da educação	82

Direitos Humanos

1. Lei federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015: institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).....	89
2. Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003: dispõe sobre o estatuto da pessoa idosa e dá outras providências.....	107
3. Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências.....	118
4. Declaração de salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.....	157
5. Declaração universal dos direitos humanos	165
6. Lei federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena"	168
7. Lei federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015: institui o programa de combate à intimidação sistemática (bullying) .	168
8. Lei federal nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024: criminaliza o bullying e o cyberbullying e amplia a proteção a crianças e adolescentes em ambientes educacionais, estabelecendo medidas de prevenção à violência e punições mais severas para crimes contra menores	169

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

1. Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea.....	177
2. Principais aspectos históricos da educação brasileira.....	183
3. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as diretrizes curriculares nacionais e suas implicações na prática pedagógica	185
4. Ldb - lei federal nº 9394/1996	192
5. Parâmetros curriculares nacionais.....	212
6. Competências e habilidades propostas pela base nacional comum curricular (bncc) da educação básica.....	222
7. Constituição federal de 1988 - título viii, capítulo iii (da educação, da cultura e do desporto).....	265
8. Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica.....	268
9. Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento.....	269
10. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação	272
11. Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo	274
12. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	275
13. Currículo e cultura	276
14. Conteúdos curriculares e aprendizagem.....	280
15. Projetos de trabalho	282
16. Interdisciplinaridade e contextualização	285
17. Multiculturalismo.....	288
18. A escola e o projeto político-pedagógico (ppp)	290
19. O espaço da sala de aula como ambiente interativo	293
20. A atuação do professor mediador e a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento	293
21. Planejamento e gestão educacional	298
22. Gestão da aprendizagem	302
23. Professor: formação e profissão	310
24. A pesquisa na prática docente	312
25. A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas.....	314
26. As concepções de aprendizagem aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas	316
27. Principais teorias e práticas na educação	318
28. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. contribuições de piaget, vygotsky e wallon para a psicologia e a pedagogia. psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais.....	324
29. Temas contemporâneos: bullying	334
30. O papel da escola.....	335
31. A escolha da profissão	335
32. Transtornos alimentares na adolescência.....	336
33. Família.....	337
34. Escolhas sexuais	338
35. A valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais.....	340
36. Educação especial e inclusiva	341
37. Sistema de avaliação da educação básica (saeb) e índice de desenvolvimento da educação básica (ideb)	347

Conhecimentos Específicos Pedagogo

1. Lei nº 9.394/1996 (Ldb) face às necessidades históricas da educação brasileira e suas alterações.....	355
2. Construção do projeto político pedagógico (ppp) da escola: concepção; princípios; e, eixos norteadores	355
3. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica	356
4. Cbc: ciclo da alfabetização e ciclo complementar.....	356
5. Referencial curricular nacional para a educação infantil (rcnei)	360
6. Parâmetros curriculares nacionais (pcn).....	361
7. Base nacional comum curricular (bncc).....	361
8. Gestão escolar democrática.....	361
9. Estrutura das organizações escolares	362
10. Fundamentos da educação: teorias e concepções pedagógicas.....	364
11. Educação e suas relações com os campos socioeconômicos, políticos e culturais.....	370
12. Sociologia da educação.....	374
13. A democratização da escola.....	376
14. A atuação do pedagogo na escola	382
15. Elementos da prática pedagógica ; a organização escolar	385
16. Elementos da cultura escolar: saber escolar; método didático; fundamentos das relações coletivas para o trabalho docente	388
17. Avaliação escolar.....	391
18. Planejamento escolar: concepção; importância; dimensões; e, níveis.....	391
19. Tendências pedagógicas.....	393
20. Currículo e construção do conhecimento: a organização do tempo e do espaço escolar; projetos de trabalho	395
21. Interdisciplinaridade	396
22. Processo de ensino-aprendizagem: relação professor-aluno	400
23. Bases psicológicas da aprendizagem	403
24. O processo didático educativo; teorias de aprendizagem; condições para aprendizagem; métodos e técnicas.....	404
25. Computador como recurso pedagógico.....	407
26. Principais aspectos do comportamento organizacional: conflitos; poder; liderança; comunicação; motivação; e, técnicas de negociação	413
27. Processos e propriedades estruturais dos grupos na organização formal.....	413
28. Planejamento; acompanhamento; avaliação de treinamentos; e, demais processos educacionais	419
29. Andragogia: a teoria da aprendizagem dos adultos.....	424
30. Planejamento de ensino e seus elementos constitutivos: objetivos educacionais; seleção e organização de conteúdos ..	425

Material Digital Legislação Educacional Municipal

1. Lei orgânica do município de manaus.....	3
2. Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971 - estatuto dos servidores públicos do município de manaus	57

ÍNDICE

3. Lei nº 1.126, de 5 de junho de 2007 - plano de cargos, carreiras e remuneração dos profissionais do magistério do município	75
4. Lei nº 2.000, de 24 de junho de 2015 - plano municipal de educação de manaus.....	84

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTOS: INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTOS

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento
Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente exposto no texto.

Resposta: Letra B.

LÍNGUA E LINGUAGEM: AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM

As funções de linguagem são formas de utilização da língua que evidenciam a intenção do emissor ao transmitir uma mensagem. Roman Jakobson, ao aprofundar os estudos sobre a comunicação, identificou seis funções principais que correspondem aos elementos do processo comunicativo. Cada função é predominante em determinado contexto, destacando o aspecto central da mensagem. Vamos analisar cada uma delas:

► Função Referencial

A função referencial tem como objetivo principal informar, expor dados, transmitir uma informação ou descrever algo de forma objetiva. É uma função centrada no contexto, buscando apresentar a realidade de maneira clara e direta, sem manifestar emoções ou opiniões do emissor.

▪ **Exemplos:** Notícias de jornais, textos científicos, manuais de instrução e relatórios. “O Brasil é o país com a maior biodiversidade do mundo.”

► Função Emotiva (ou Expressiva)

A função emotiva se concentra no emissor e expressa suas emoções, sentimentos, opiniões, desejos ou estados de ânimo. É uma função subjetiva, em que o foco está nas reações e impressões de quem comunica, refletindo a interioridade do emissor por meio de exclamações, interjeições e uso da primeira pessoa.

▪ **Exemplos:** Diários pessoais, poesias líricas, cartas íntimas e posts em redes sociais. “Estou tão feliz por ter conseguido a vaga de emprego!”

► Função Conativa (ou Apelativa)

A função conativa, também conhecida como apelativa, é direcionada ao receptor da mensagem, buscando influenciá-lo, persuadi-lo ou orientá-lo a agir de determinada maneira. Utiliza-se predominantemente da linguagem imperativa, vocativos e frases que buscam provocar uma resposta ou reação.

▪ **Exemplos:** Propagandas, discursos políticos, ordens e instruções. “Não perca esta oportunidade! Compre agora!”

► Função Fática

A função fática está centrada no canal de comunicação e tem como finalidade estabelecer, prolongar, testar ou encerrar a comunicação. Ela verifica se o contato entre emissor e receptor está funcionando ou se existe a possibilidade de interação contínua. É comum em saudações, cumprimentos, telefonemas e conversas informais.

▪ **Exemplos:** Conversas telefônicas, início de e-mails, cumprimentos cotidianos. “Alô? Está me ouvindo?”

► Função Metalinguística

A função metalinguística é aquela que utiliza o código para explicar o próprio código. Ou seja, é quando a linguagem fala sobre si mesma. É comum em dicionários, gramáticas, aulas de língua portuguesa e qualquer situação em que se explica o significado de palavras ou o uso da linguagem.

▪ **Exemplos:** Definições de dicionários, explicações gramaticais, manuais de estilo. “A palavra ‘casa’ é um substantivo que designa uma construção destinada a moradia.”

► Função Poética

A função poética destaca a forma da mensagem e sua organização estética, sendo predominante em textos literários, poemas e outras manifestações artísticas. Ela está relacionada à maneira como a linguagem é utilizada para criar efeitos de sentido, beleza ou expressividade. O foco não está apenas no conteúdo, mas na estrutura e na escolha das palavras.

▪ **Exemplos:** Poemas, canções, slogans publicitários e textos literários. “A lua é um poema de luz no céu da noite.”

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS). CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

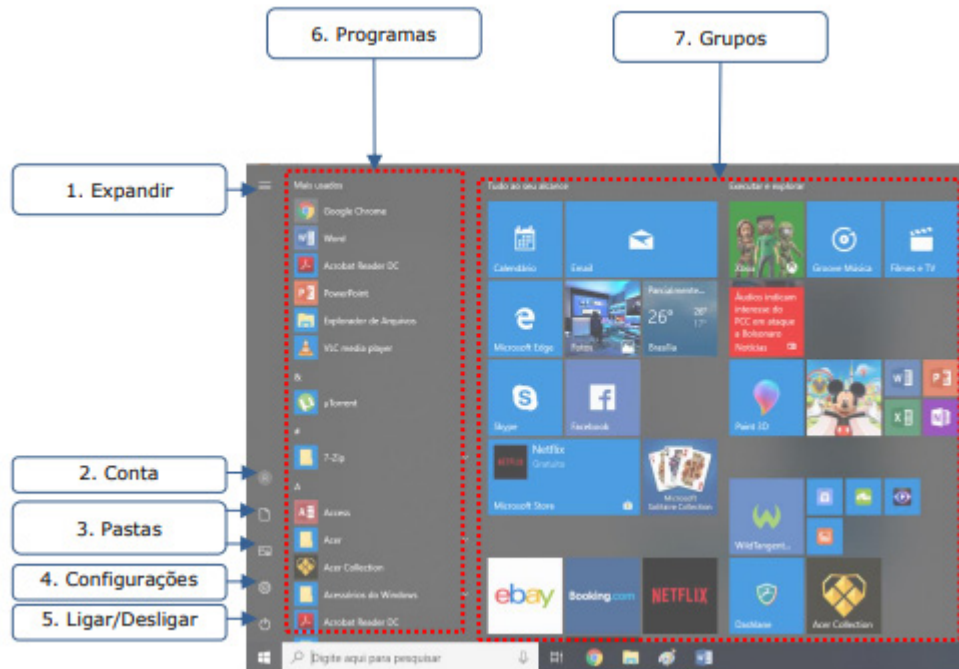
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

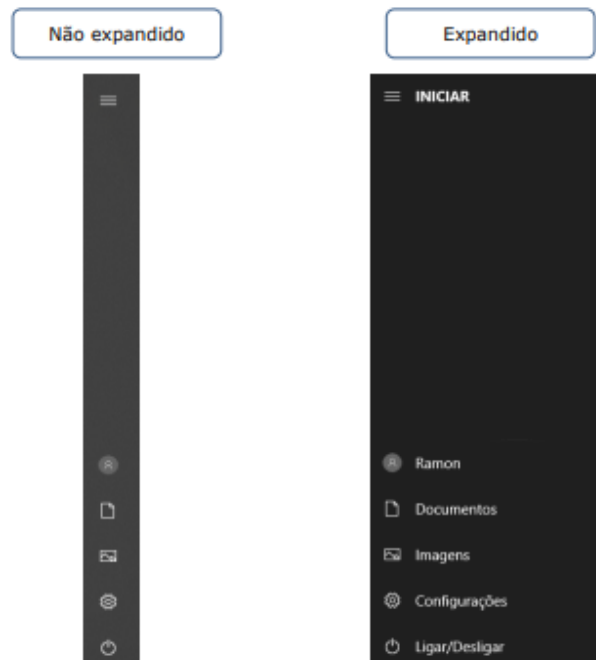
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

DIREITOS HUMANOS

LEI FEDERAL Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015: INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I PARTE GERAL

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência. (Vide Lei nº 13.846, de 2019) (Vide Lei nº 14.126, de 2021) (Vide Lei nº 14.768, de 2023)

§ 3º O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 14.724, de 2023)

Art. 2º-A. É instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

§ 1º O uso do símbolo de que trata o caput deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

§ 2º A utilização do símbolo de que trata o caput deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

VII - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

X - residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

XI - moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

CAPÍTULO II DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e

VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS, SEUS FINS E PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia da Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologias da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das

desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica da Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

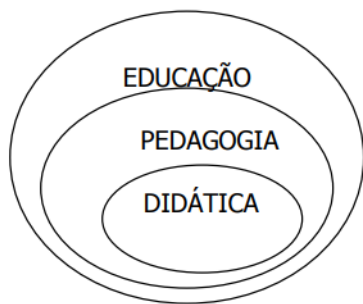
A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando “conceitos humanísticos” que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



▪ Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

A interpenetração entre saber e conhecimento é o produto da aprendizagem que realmente interessa ao ser humano, ou seja, um produto de aprendizagem que é sistematizado e

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pedagogo

LEI Nº 9.394/1996 (LDB) FACE ÀS NECESSIDADES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS ALTERAÇÕES

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-Pedagógicos. Bons estudos!

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA: CONCEPÇÃO; PRINCÍPIOS; E, EIXOS NORTEADORES

O Projeto de Ensino-Aprendizagem tem como principal função organizar o trabalho pedagógico na sala de aula, estabelecendo metas e estratégias de ensino que respondam às necessidades dos alunos e aos objetivos da educação. Ele é construído a partir do currículo escolar, adaptando-o para as especificidades da turma, do contexto escolar e dos desafios enfrentados pelos alunos. Esse projeto é crucial para o sucesso das práticas pedagógicas, pois se configura como uma estratégia prática que orienta os docentes em sua atuação.

Os objetivos de um Projeto de Ensino-Aprendizagem são direcionados para o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, respeitando as orientações do currículo e as expectativas de aprendizagem. A partir desses objetivos, os professores definem os conteúdos a serem abordados, os métodos de ensino a serem empregados, as estratégias de avaliação e as atividades pedagógicas que serão realizadas ao longo do processo. A flexibilidade é uma característica fundamental nesse planejamento, pois ele deve se adaptar à realidade da turma e ser constantemente reavaliado conforme o progresso dos estudantes.

A estrutura do Projeto de Ensino-Aprendizagem pode variar de acordo com a área de conhecimento e o nível de ensino, mas geralmente inclui os seguintes componentes:

- **Diagnóstico da turma:** Identificação das características, necessidades e dificuldades dos alunos.
- **Objetivos gerais e específicos:** Estabelecimento das metas de aprendizagem que devem ser atingidas.
- **Conteúdos:** Seleção dos temas, conceitos e habilidades que serão trabalhados.
- **Metodologias:** Definição das abordagens pedagógicas que serão utilizadas para facilitar a aprendizagem.

- **Avaliação:** Planejamento das formas de avaliar o progresso dos alunos e a eficácia do ensino.

Este projeto é uma documentação viva, que deve ser constantemente revisada, ajustada e melhorada conforme a evolução dos alunos e as mudanças nas necessidades educacionais.

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) E SUA FUNÇÃO SOCIAL

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que formaliza a visão da escola sobre o processo educacional e os objetivos sociais e pedagógicos a serem alcançados. Ele define a identidade da escola, estabelecendo as bases para a construção de um ambiente educacional que seja inclusivo, democrático e orientado para a formação cidadã. O PPP é elaborado com a participação de toda a comunidade escolar e é um instrumento de gestão que orienta todas as ações da instituição, da organização pedagógica até a administração dos recursos.

O PPP deve ser comprometido com a formação integral do aluno, considerando não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também as questões sociais, culturais, emocionais e éticas. Ele deve ser um reflexo das demandas da comunidade em que a escola está inserida, adaptando-se às características da população local e buscando sempre o fortalecimento da cidadania ativa.

Ao integrar uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as questões sociais, culturais e políticas, o PPP orienta a escola para a formação de alunos que saibam não só adquirir conhecimentos, mas também agir como agentes de mudança social.

Além disso, o PPP deve ser visto como uma ferramenta de transparência e prestação de contas, uma vez que define claramente os objetivos da escola e os compromissos da gestão educacional com a qualidade do ensino. A avaliação constante do PPP permite que a escola avalie o cumprimento de seus objetivos e ajuste suas práticas de forma contínua. Ele deve ser revisado periodicamente, em diálogo com a comunidade escolar, para garantir que as metas e as estratégias educacionais estejam sempre alinhadas às necessidades dos alunos e às transformações sociais e educacionais.

Em síntese, o PPP é um projeto coletivo, que envolve a colaboração de professores, gestores, alunos e comunidade, e busca garantir que a escola seja um espaço de promoção da igualdade, da solidariedade e da transformação social. Ele é um documento dinâmico que deve ser constantemente atualizado, adaptando-se às novas realidades e desafios enfrentados pela escola.

O planejamento educacional, por meio do Projeto de Ensino-Aprendizagem e do Projeto Político-Pedagógico, é fundamental para garantir que o processo educativo seja eficaz, inclusivo e transformador.

O Projeto de Ensino-Aprendizagem organiza a prática pedagógica de forma a atender as necessidades dos alunos e os objetivos do currículo, enquanto o Projeto Político-Pedagógico define a identidade da escola e sua função social na formação de cidadãos críticos e atuantes. Ambos são elementos essenciais para a construção de uma educação de qualidade, que vai além do ensino de conteúdos, promovendo a formação integral dos alunos e seu engajamento ativo na sociedade.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-Pedagógicos.
Bons estudos!*

CBC: CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR

PROPOSTA CURRICULAR CBC: OBJETIVOS E ESTRUTURA

A Proposta Curricular CBC (Conteúdos Básicos Curriculares) é um conjunto de orientações que estabelece os conteúdos essenciais a serem trabalhados na educação básica, promovendo uma formação comum para os alunos e contribuindo para a qualidade e equidade do ensino. Adotada em diversos estados brasileiros, como Minas Gerais, a proposta visa garantir uma progressão coerente dos conteúdos, organizando-os de maneira a respeitar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes em cada fase escolar.

► Objetivos da Proposta Curricular CBC

A Proposta Curricular CBC tem como principais objetivos:

- **Garantir uma Base Comum de Conhecimento:** O CBC busca estabelecer um núcleo mínimo de conhecimentos que todos os estudantes devem dominar, independentemente da localização da escola, promovendo a igualdade de oportunidades e um padrão de qualidade uniforme.

- **Assegurar a Progressão e Continuidade dos Conteúdos:** A proposta organiza os conteúdos de forma progressiva, de modo que o aprendizado em cada ciclo de ensino sirva de base para o desenvolvimento no ciclo seguinte. Essa estrutura em ciclos de aprendizagem promove uma transição mais fluida entre os anos escolares, evitando rupturas e lacunas de conhecimento.

- **Atender às Diretrizes da LDB e da BNCC:** A LDB orienta que cada sistema de ensino tenha autonomia para organizar seus currículos, respeitando as peculiaridades regionais e as demandas sociais locais. O CBC, ao seguir as orientações da

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mantém-se alinhado às diretrizes federais, articulando os conteúdos estaduais com os princípios e competências gerais da BNCC.

- **Promover o Desenvolvimento Integral dos Alunos:** Além dos conhecimentos acadêmicos, a Proposta Curricular CBC incorpora habilidades e valores essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos. Os conteúdos contemplam também aspectos éticos, sociais e emocionais, visando formar cidadãos conscientes, críticos e participativos.

► Estrutura da Proposta Curricular CBC

A estrutura da Proposta Curricular CBC é dividida em ciclos de aprendizagem dentro do ensino fundamental, com foco nas características de desenvolvimento e nas necessidades educacionais de cada faixa etária. Dois desses ciclos são fundamentais para a formação básica: o Ciclo da Alfabetização e o Ciclo Complementar.

► Ciclo da Alfabetização (1º ao 3º ano)

O Ciclo da Alfabetização é voltado para as séries iniciais do ensino fundamental, compreendendo o 1º, 2º e 3º anos. Neste período, o foco é a aquisição de habilidades essenciais de leitura, escrita e cálculo, com objetivos específicos para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano. Entre os componentes principais desse ciclo, destacam-se:

- **Linguagem e Comunicação:** Os conteúdos de Língua Portuguesa são fundamentais para a alfabetização e letramento, com atividades de reconhecimento de letras, formação de palavras, leitura de textos simples e produção escrita inicial.

- **Matemática Básica:** Introdução aos conceitos numéricos e operacionais, como adição, subtração e noções de quantidade, formas e medidas, promovendo o desenvolvimento do raciocínio lógico e a compreensão do uso prático da matemática.

- **Desenvolvimento Social e Emocional:** Atividades que trabalham a convivência, o respeito e a cooperação, fundamentais para a formação social das crianças e para a construção de uma postura ética e cidadã.

O foco no Ciclo da Alfabetização é, portanto, a criação de uma base sólida para que os alunos prossigam no processo de escolarização com as ferramentas cognitivas e emocionais necessárias para seu desenvolvimento integral.

► Ciclo Complementar (4º e 5º anos)

O Ciclo Complementar, que abrange o 4º e o 5º ano do ensino fundamental, tem como objetivo aprofundar e expandir as habilidades adquiridas no Ciclo da Alfabetização, preparando os alunos para a etapa final do ensino fundamental. Neste ciclo, os conteúdos tornam-se mais complexos e diversificados, e os estudantes são incentivados a desenvolver autonomia e competências mais avançadas.

- **Língua Portuguesa:** Neste ciclo, há um aprofundamento na compreensão e produção textual, além de estudos de gramática e ortografia, incentivando a leitura crítica e a escrita estruturada.